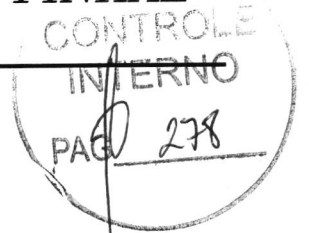




PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL
- ESTADO DO PARANÁ -



PARECER JURÍDICO N° 135/2024 – FINAL

PREGÃO ELETRÔNICO 062/2024.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 237/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS MÉDICOS.

De acordo com o artigo 71 da lei n° 14.133/21.

Trata-se de Processo de licitação realizado na modalidade “Pregão Eletrônico” tendo por objeto a contratação citada. Na ocasião da análise da minuta do edital e do contrato, este Departamento Jurídico analisou, pormenorizadamente o certame, assim faço referência ao parecer jurídico anexo aos autos, a fim de evitar repetições.

Verifica-se que a fase interna da Licitação foi devidamente observada, estando regular, tendo sido vencedoras as empresas: **CLASSMED PRODUTOS HOSP. LTDA** (lotes 01, 08, 09, 12, 13 e 16); **PREMISSE HOSPITALAR LTDA** (lotes 02, 03 e 04); **MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (lote 05); **DIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (lotes 10, 11, 14 e 15); **WISDOM FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (lote 17); **CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (lote 18); **CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP** (lote 19).

Dito isso, o presente feito deverá ser enviado ao Sistema de Controle Interno, para que este se manifeste no que entender necessário.

Assim, restando cumpridas todas as disposições legais, manifesto-me pela **ADJUDICAÇÃO** para posterior **HOMOLOGAÇÃO** do certame, conferindo-lhes o direito à contratação dos objetos licitados.

Ademais, na forma do art. 90 da lei 14.133/21, a Administração convocará regularmente os licitantes vencedores para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções, lembrando a necessidade da fiscalização pelo Sistema de Controle Interno em relação aos empenhos para pagamento e a liquidação por quem de direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DO PINHAL
- ESTADO DO PARANÁ -

CONTROLE
INTERNO
PAG 279

Ressalta-se, ainda, que não é da alçada do causídico subscritevente avaliar a conveniência e a oportunidade da contratação do objeto desta licitação, pois tal atribuição cabe à autoridade competente.

Isto posto, e à luz de uma análise técnico-jurídico, verificando que houve respeito às disposições legais que regem a matéria, notadamente os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade, o presente processo apresenta-se formalmente **REGULAR**.

É o parecer.

Ribeirão do Pinhal – PR, 01 de outubro de 2024.


Alysson Henrique Venâncio Rocha

Advogado – OAB/PR 35.546

Matrícula Funcional 8161